

FLORESTAS DE TRABALHO: OS CAMPONESES AMAZÔNICOS DE VÁRZEA E AS FORMAS DE USO DE SEUS RECURSOS NATURAIS

O trabalho é a negação da vegetação espontânea, do mato, onde os homens forçam a terra a gerar plantas que são socialmente consideradas úteis [...]. Há dois tipos de plantas, socialmente úteis, cuja reprodução depende do trabalho: as árvores e as lavouras. As lavouras exigem que o trabalho, enquanto ato de fecundação da terra, se renove a cada colheita, em ciclos curtos, enquanto as árvores exigem trabalho uma vez por longo período de tempo. Contudo, o produto das lavouras fornece a comida, aquilo que é consumido normalmente durante as refeições diárias, enquanto os produtos das árvores são as frutas, que não são consumidas com frequência regular (Garcia Jr., 1983: 213-14).

1 INTRODUÇÃO

O camponês amazônico e sua família trabalham em três ambientes – terra, floresta e água. Ao tomar a floresta (ou melhor, a floresta de várzea, a de igapó e a de terra firme) como *Florestas de trabalho*, podemos afirmar que é na floresta de várzea que o camponês amazônico mais trabalha. Contudo, ao considerar as suas atividades desenvolvidas nas *terras e águas de trabalho*, não temos dúvidas em assegurar ser nas *florestas de trabalho* que o camponês e sua família trabalham menos. Isso não quer dizer, de modo algum, que esse ambiente não tenha relevância para a subsistência de sua família. Possui importância não só para sua subsistência como também para eventuais transações comerciais de produtos dela extraídos. Entrementes, para o camponês amazônico, a floresta de terra firme constitui uma espécie de *território não demarcado*. A ausência de demarcação na floresta de terra firme, como um ecossistema particular, feito território, faz que ele não possua fronteiras estabelecidas. Assim, a floresta de terra firme, com toda a riqueza que ela carrega, na forma de *propriedade privada*, não aparece como um problema agrário para o camponês. Entretanto, mesmo aqueles que não as possuem, utilizam, eventualmente, áreas de terra firme que não lhes pertencem – embora essas sejam percebidas como *territórios coletivos*. Até onde a força de trabalho da unidade de produção familiar possa abarcá-la, como *florestas de trabalho*, assim procedem o camponês e sua família. Podemos, nesse sentido, falar do *trabalho na floresta* como *trabalho nômade*. Além do território da floresta de terra firme, o camponês e sua família utilizam de modo intenso a *floresta de várzea* como uma espécie de *lugar conquistado*. Ainda que esse lugar possa transcender os limites *legais* de sua propriedade, e via de regra os ultrapassa, a floresta de várzea pode ser compreendida como *lugar do trabalho sedentário*. Sedentário no sentido de que o trabalho dos membros da unidade de produção

familiar realiza-se na sua propriedade e nas imediações de sua propriedade. Assim como o trabalho realizado na floresta de terra firme é de pouca intensidade, o mesmo ocorre com o realizado na floresta de igapó.

Que trabalho realiza o camponês e sua família nas *florestas de trabalho*? Põem em prática o trabalho do extrativismo compreendido como um conjunto de atividades de extração sobre esses ecossistemas, quer se relacione com produtos de origem vegetal (madeira, lenha, plantas medicinais, frutos etc.) quer se trate de produtos de procedência animal (caça). O extrativismo, tanto num caso como noutro, sempre se refere a produtos ofertados pela natureza – quer dizer, produtos que são cultivados ou criados. Nessa condição, não devemos esquecer que a história do Brasil – muitíssimo mais a da Amazônia – coincide direta e indissociavelmente com a história do extrativismo. Da extração do pau-brasil, no aparente e inesgotável litoral brasileiro, passando pela extração das drogas do sertão, compostos por uma série de produtos tropicais (cacau selvagem, cravo, canela-do-mato, salsaparrilha, baunilha, tinta de urucu, anil, óleo de copaíba, pimenta etc.), juntamente com as madeiras, os produtos do reino animal (óleos e ovos de tartarugas etc.), os produtos aromáticos e medicinais e as gomas e fibras diversas deu-se, pelo menos até a metade do século XIX, a formação social da Amazônia.

Depois de um longo período de isolamento, vivendo fundamentalmente em função das drogas do sertão, por volta de 1850, com o advento do extrativismo do látex da seringa (*Hevea brasiliensis*),¹ exigido pelo crescimento das demandas da borracha, a Amazônia dinamizará, novamente, sua economia. Segundo Santos (1980:358), *o final do século XIX é marcado por um forte dinamismo econômico na totalidade da bacia amazônica: a exploração da borracha que, entre 1825-1850, limitava-se à região de Belém e ilhas vizinhas, estende-se à província do Amazonas*. Como mostramos, na trama do advento do extrativismo do látex, milhares de sertanejos expulsos da seca do Nordeste migram para distantes e promissoras áreas de exploração do *ouro branco* – os seringais. Nessa corrida na busca de vida melhor (nem sempre encontrada), o homem, a mulher e as crianças nordestinas acabaram por colaborar com a contemporânea formação étnica do caboclo amazônico.

¹ “A descoberta da borracha é indubitavelmente uma das maiores contribuições indígenas à civilização moderna [...]. No período colonial, a indústria da borracha estava monopolizada pelos Omáguas, que ensinaram aos portugueses do Pará o método de preparo. Confeccionavam-se garrafas de borracha, tiras e peças de pano de entrecasca impermeabilizadas para a venda. Por influência indígena, os artigos de borracha adquiriram grande aceitação nas colônias espanholas muito antes que a substância se tornasse conhecida na Europa. No século XVIII, os espanhóis usavam recipientes, ponchos de sapatos de borracha. O gigantesco surto da borracha no século XIX dificilmente teria ocorrido sem a colaboração de índios tribais aculturados da Amazônia. As árvores foram descobertas e sangradas pelos índios. As técnicas básicas de coagulação da borracha foram aprendidas com eles. Essa dependência do saber indígena por parte dos brancos apenas apressou sua exploração desenfreada e destruição” (Métraux, 1997:101-2).

Entretanto, como evidencia a história, depois de a “Paris dos Trópicos” passar por intenso programa de urbanização, financiado de modo fundamental pela riqueza produzida pelos seringueiros, a partir da Primeira Grande Guerra (1914-1918), sofrerá declínio inexorável na comercialização da borracha, não suportando mais a concorrência com o mesmo produto produzido, de maneira monocultural, no mundo asiático.² Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), retoma-se o desenvolvimento da produção do látex na Amazônia, o que implicará, nesse novo momento, uma nova migração interna de nordestinos para a Amazônia – agora induzida pelo governo que possuía interesses em colaborar na guerra, através da produção da borracha, ao lado da Inglaterra, França e Estados Unidos da América. Com o término da Guerra, esgota-se de modo significativo e praticamente definitivo o extrativismo do produto que mais alimentou e dinamizou, por um tempo significativo, a economia amazônica. O novo surto econômico, no Amazonas, sucede só depois do Golpe de Estado civil/militar em 1964, com começo da implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967.

2 O EXTRATIVISMO VEGETAL

A questão do extrativismo para os camponeses amazônicos, nos dias atuais, não é mais tratada como o único ou o principal componente de produção, como havia sido na época mono-extrativismo do látex ou do cacau. O extrativismo – seja ele vegetal ou animal (caça e pesca) – comparece à unidade de produção familiar camponesa associado, de modo intrínseco, à agricultura de corte e queima, à pequena criação de animais, cuja principal finalidade é a subsistência e, depois, à comercialização. Ele deixa de ser igualmente extrativismo de um só produto, para ser exercido de modo diversificado. Assim, o extrativismo apresenta-se no interior da unidade de produção familiar como um dos componentes dos diversos que integram o sistema de produção camponês. Como elemento importante da estratégia da produção familiar, sua prática depende de alguns fatores, como o calendário dos trabalhos agrícolas, força de trabalho disponível, mercado (local, regional, nacional ou internacional) para os produtos, agentes da comercialização, preferência dos

² “Dependendo exclusivamente do capital e do mercado externo, a economia da borracha sofreu um colapso quando a Inglaterra passou a cultivá-la no Oriente. Ingressando no Pará na qualidade de botânico, o inglês Alexander Wickham efetuou, no Tapajó, seus experimentos com o plantio da *Hevea brasiliensis*. Em 1876, Wickham embarcou clandestinamente no navio inglês Amazonas sementes de seringueiras. Das 70 mil sementes remetidas à Inglaterra, 7 mil brotaram. Aclimatados os transplantes no Ceilão, passaram a produzir seringa de melhor qualidade e menor preço que a *Hevea* nativa. Quebraram-se assim o monopólio e a ‘prosperidade’ do ciclo da borracha na Amazônia. Em 1901, além das plantações inglesas no Ceilão, começa o cultivo da *Hevea brasiliensis* nas colônias holandesas do Oriente; os alemães fazem experimentos de plantio na África e os franceses na Indochina” (Ribeiro, 1992:166).

membros da família por esse ou aquele produto extrativo etc. Essa visão do extrativismo reafirma nosso entendimento de que os camponeses amazônicos desenvolvem atividades polivalentes – são agricultores, criadores e extrativistas (de produtos vegetais e animais). Isso suscita a seguinte indagação: que *locus* possui, no sistema agroflorestal³, o extrativismo? Essa interrogação será respondida expondo a importância do extrativismo vegetal e animal (a caça) para a produção e reprodução da vida camponesa na várzea do rio Solimões/Amazonas.

O extrativismo, como todas as outras atividades, insere-se no calendário da produção camponesa que, também e em última instância, é subordinado ao movimento cíclico das águas. Aqui, não devemos considerar essa atividade como uma prática acessória da economia camponesa, mas como uma das formas de trabalho desse ator sobre o ambiente que habita, procurando realizar sua vida e a de sua família. Ainda que o plantio da mandioca e a fabricação da farinha possuam, no interior da unidade de produção familiar, um *status* indicador de “autonomia” da vida familiar, sem a atividade do extrativismo, essa autonomia, ainda que relativa, poderia mais cedo ou mais tarde ser comprometida. Nas circunstâncias da vida camponesa, a economia da farinha – fundamental como valor de uso e, eventualmente, como valor de troca – funciona de maneira similar a um movimento circular contínuo: de um lado, alimenta internamente a unidade de produção familiar e, de outro (quando comercializada), traz, do mundo externo à vida camponesa, recursos monetários, estimulando, assim, entre outras atividades, a do extrativismo, o que acaba reforçando atividades da roça (em particular, a da mandioca) e da farinha. Para a unidade de produção camponesa, o extrativismo também é uma atividade geradora de renda para unidade de produção familiar, ainda que menor, quando comparada às outras.

A atividade do extrativismo vegetal e animal (caça) realizada pelos camponeses amazônicos abrange um conjunto significativo de práticas. O primeiro aspecto a ser evidenciado é que todas as microrregiões – Médio Solimões, Baixo Solimões, Alto Amazonas e Médio Amazonas – praticam, mais ou menos, o extrativismo vegetal: 37,5% dos camponeses extraem a madeira, sendo que sua extração é maior nas microrregiões do Médio Amazonas (58,0%) e do Médio Solimões (48,5%). Embora com percentagens menores (média em torno de 21,8%), o Baixo Solimões e o Alto Amazonas igualmente as extraem. Com

³ O sistema agroflorestal tradicional, que se caracteriza pela integração de um grande número de espécies arbóreas aos sistemas agrícolas, pode ser concebido como algo [...] baseado na reconstituição de um sistema complexo, que se assemelha a uma floresta original, é por sua vez uma forma de intensificação da produção que garante a preservação do meio ambiente e a manutenção de uma alta diversidade biológica. Essa gestão da biodiversidade dá-se de duas maneiras: diretamente, pela integração de várias espécies florestais e, indiretamente, reduzindo a pressão sobre os ecossistemas florestais. A variedade de espécies cultivadas, destinadas tanto ao consumo familiar como aos mercados locais, [regionais, nacionais] e

relação à lenha, combustível importante para a vida da unidade de produção familiar, os números são outros: 75,6% dos camponeses a utilizam, sendo que as microrregiões que mais as gastam são as do Médio Solimões (90,5%) e Médio Amazonas (87,0%) e as que menos consomem as do Baixo Solimões (65,0%) e Alto Amazonas (60,0%). Ao acrescentarmos a esse contexto o **Quadro 1**, temos novas evidências que podem nos fornecer uma visão, que começa a se tornar global, do extrativismo praticado pelos camponeses amazônicos.

QUADRO 1 – PRODUTOS FLORESTAIS (MAIS) EXTRAÍDOS PELOS CAMPONESES AMAZÔNICOS DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS (%)

PRODUTOS	JÁ TIROU			NUNCA TIROU	SEM INFORMAÇÃO	TIRA ATUALMENTE			NÃO TIRA ATUALMENTE	SEM INFORMAÇÃO
	Consumo	Venda	Consumo/Venda			Consumo	Venda	Consumo/Venda		
PRODUTOS EXTRATIVISTAS DECRESCENTES										
MADEIRA	45,5	23,0	15,5	10,5	5,5	24,5	11,0	2,0	53,0	9,5
LENHA	97,0	-	-	-	3,0	75,0	-	0,6	16,4	8,0
BORRACHA	-	65,0	10,0	20,0	5,0	-	23,5	-	65,5	11,0
AÇAÍ-DO-MATO	62,5	20,0	15,0	1,5	1,0	60,0	25,5	10,0	2,0	2,5
TUCUMÃ	59,0	23,0	13,0	3,0	2,0	66,5	15,5	12,0	3,0	3,0
PRODUTOS EXTRATIVISTAS CRESCENTES										
CASTANHA/AMAZÔNIA	45,5	20,5	5,0	15,0	14,0	55,0	35,0	-	6,0	4,0
BACABA	70,0	15,0	-	10,0	5,0	75,0	20,0	-	3,5	1,5
COPAÍBA	59,0	23,0	5,0	5,0	8,0	69,0	23,5	2,0	2,5	3,0
ANDIROBA	61,0	20,0	10,0	4,0	5,0	73,0	19,0	3,0	2,5	2,5
MEL	60,0	22,5	-	10,0	7,5	62,0	23,0	-	13,0	2,0
PLANTAS MEDICINAIS	84,0	10,0	-	-	6,0	90,0	8,0	-	-	2,0

Fonte: Dados da pesquisa de Campo, 1992/93

Org. dos Dados: Witkoski, A. C., 2000

Com relação ao manuseio da extração da madeira, podemos aferir que 84,0% dos camponeses amazônicos já a tiraram, sendo 45,5% para consumo, 23,0% para a venda e 15,5% para o consumo/venda. As percentagens com relação a esse tipo de extrativismo caíram significativamente: 24,5% a retiram para consumo, 11,0% para a venda e 2,0% para o consumo/venda (37,5%). Se agregarmos esses dados e fizermos as devidas subtrações (as colunas *já tirou* menos *tira atualmente*), temos uma queda de 46,5% dessa prática extrativa – o que não é nada desprezível. Não devemos deixar de sublinhar, ainda, que 53,0% dos camponeses não retiram mais madeira e os que ainda retiram (37,5%) o fazem com o objetivo de consumi-las em sua unidade de produção, como veremos. Os dados referentes ao manuseio da lenha também apontam para uma relativa queda (22,0%), ainda que ela continue a ser

internacionais, possibilita ao agricultor reduzir os riscos agrícolas, assim como estabilizar ou aumentar seus rendimentos

muito utilizada para o consumo doméstico (75,0%). Diferentemente da madeira – que implica um processo de derrubada, no qual o ciclo das águas desempenha papel crucial – praticamente toda a lenha utilizada pelos camponeses provém de coletas de galhos derrubados por fenômenos naturais ou, então, restos de coivara.

Com relação ao extrativismo da madeira, o **Quadro 2** nos mostra de modo muito claro os instrumentos e suas formas de sua extração. No que toca aos instrumentos, além do uso intenso do machado, também utilizado nas atividades da terra, e do pouquíssimo uso da motosserra, emprega-se igualmente com muita serventia, o terçado para atividades do roçamento anterior à derrubada das árvores. No que diz respeito à forma da retirada da madeira pelos camponeses que ainda a extraem, sua grande maioria (82,0%) utiliza-se da força de trabalho humana, do machado e da canoa – o que atesta o quanto é árdua essa atividade para a unidade de produção familiar, isto é, para os homens e os filhos mais velhos da casa. Somente 10,5% utilizam barco a motor, o que facilita muito o deslocamento desse tipo de produto da floresta.

**QUADRO 2 – INSTRUMENTOS DE EXTRAÇÃO
E FORMAS DE RETIRAR A MADEIRA DA FLORESTA DE
VÁRZEA USADOS PELOS CAMPONESES DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS (%)**

INTRUMENTOS DE EXTRAÇÃO	RETIRA MADEIRA		NÃO RETIRA MADEIRA	SEM INFORMAÇÃO
	MACHADO	MOTOSERRA		
	35,5	2,0	53,0	9,5
FORMAS DE RETIRAR	FORÇA DE TRABALHO HUMANA E CANOA	BARCO A MOTOR	COMPRADOR BUSCA	--
	82,0	10,5	7,5	--

Fonte: Dados da pesquisa de Campo, 1992/93

Org. dos Dados: Witkoski, A. C., 2000

O trabalho da retirada de madeira implica reconhecer claramente o movimento dos ciclos das águas – enchente/cheia e vazante/seca. No período vazante/seca, depois de se fazer uma espécie de mapa da área onde se trabalhará, corta-se a madeira. Lá ela fica à espera do rio que, por volta de dezembro, começa a encher e, entre maio e julho, encontra-se em plena cheia. Nesse momento, quando os rios, paranás, igarapés e lagos se ligam temporariamente, faz-se das hidrovias, *estradas que andam*, os canais por onde se deslocam as toras de madeiras rebocadas por canoas, cortadas na estação anterior.

(Bahri, 2000:168).

Que espécies de madeiras retiram os camponeses amazônicos das florestas que compõem seu ambiente? Sua biodiversidade é significativa e os seus fins variados – consumo, venda e consumo/venda. Entrementes, não devemos deixar de grifar o fato de que sua principal finalidade é a de consumo, no interior da unidade de produção familiar. Nesse sentido, as madeiras extraídas das florestas de várzea, das florestas de terra firme, e das florestas de igapó (em pequena proporção) prestam-se aos mais diferentes fins, todos imprescindíveis à vida camponesa (**Quadro 3**).

QUADRO 3 – ESPÉCIES MADEIREIRAS DA FLORESTA DE VÁRZEA (MAIS) UTILIZADAS PELOS CAMPONESES DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS

ESPÉCIES	DESTINO DA MADEIRA (%)			FORMAS DE UTILIZAÇÃO DA MADEIRA
	CONSUMO	VENDA	CONSUMO E VENDA	
PAXIUBARANA (FV)	100,0	-	-	ASSOALHO E PAREDE
MARAJÁ (FV e FTF)	100,0	-	-	BALCÃO
PAPA-TERRA (FV)	100,0	-	-	BALCÃO, VARA E ESTACA
MAPARAJUBA (FV)	100,0	-	-	CAIBRO
ARAÇA (FV)	66,7	-	-	CAIBRO, ESTEIO E CARVÃO
MULATEIRO (FV)	100,0	-	-	CAIBRO, ESTEIO, LENHA, BARROTE, VIGAMENTO, VARA E ESTACA
JACAREÚBA (FV e FI)	79,4	11,8	8,8	CAIBRO, TÁBUA, ESTEIO, ESTACA, ASSOALHO, PASSEIO, MOURÃO, PERNAMANCA, CANOA, TRAVESSÃO, COMPENSADO, MÓVEIS E LENHA
ABACURANA, ARAPARI (FV) e CEDRO (FV)	100,0	-	-	CANOA
GOIABA-DE-ANTA (FV e FTF)	33,3	33,3	33,4	CANOA
LOURO-INAMÚÍ (FV)	33,3	33,3	22,2	CANOA, TÁBUA, CAIBRO, ASSOALHO E PAREDE
ESPINHEIRO (FV)	-	-	100,0	CARVÃO
ANDIROBA (FV e FTF)	-	100,0	-	COMPENSADO
CARAMURI e COPAIBARANA (FV e FTF)	-	-	100,0	COMPENSADO
TURIMÁ (FV)	100,0	-	-	COMPENSADO
VIOLA (FV e FI)	25,0	75,0	-	COMPENSADO
MARIRANA (FV)	100,0	-	-	ESTACA
CANELEIRA (FV e FI)	100,0	-	-	ESTACA E LENHA
ACARIQUARA (FV)	100,0	-	-	ESTEIO E ESTACA
LOURO-ARITÚ (FV)	-	-	100,0	ESTEIO, CAIBRO E MOURÃO
MAÇARANDUBA (FV e FTF)	63,6	18,2	9,1	ESTEIO, ESTACA, BARROTE, VIGAMENTO, TÁBUA, PERNAMANCA, TRAVESSA E VIGA DE BATELÃO
PIRANHEIRA (FV e FI)	90,0	7,5	2,5	ESTEIO, ESTACA, LENHA, PASSEIO, BARROTE, VIGAMENTO, TÁBUA, ASSOALHO E TÁBUA DE CANOA
ACAPU (FV)	100,0	-	-	ESTEIO, TRAVESSÃO E CAIBRO
ABIORANA (FV), CAPITARI (FV), ITAUBARANA (FV), MATÁ-MATÁ (FV) e TAUBARANA	100,0	-	-	ESTEIO
ATURIÁ (FV), CIGANEIRA, INGÁ (FV), MURUCI (FV), OEIRANA, POJOZEIRO, SARDINHEIRA (FV) e URUCURANA (FV)	100,0	-	-	LENHA
EMBAÚBA (FV)	100,0	-	-	LENHA E HASTE
CASTANHEIRO (FV e FTF)	50,0	50,0	-	LENHA, ESTEIO, CAIBRO E MOURÃO
PAU-BRASIL (FV)	100,0	-	-	PASSEIO E ESTEIO
LIMORANA (FV)	100,0	-	-	TÁBUA
LOURO-PRETO (FV)	50,0	-	50,0	TÁBUA E CANOA
MUIRATINGA (FV)	-	87,5	-	TÁBUA E COMPENSADO
SAMAÚMA (FV)	10,0	70,0	20,0	TÁBUA E COMPENSADO
UCUÚBA (FV)	22,2	66,7	11,1	TÁBUA E COMPENSADO
CAPÍÚBA	50,0	50,0	-	TÁBUA E ESTACA
FAVA (FV) e TARUMÁ (FV e FI)	100,0	-	-	TÁBUA E PERNAMANCA
CARAPANAUÇA (FV)	100,0	-	-	TÁBUA, CABO DE MACHADO E REMO
MACACAÚBA (FV e FTF)	75,0	25,0	-	TÁBUA, ESTEIO, LENHA, ASSOALHO, CAIBRO, MOURÃO, PERNAMANCA E COMPENSADO
TACHI (FV)	80,0	20,0	-	TÁBUA, LENHA, BALCÃO, VARA, ESTACA, PERNAMANCA, MÓVEIS E CAIBRO
ENVIRA (FV)	66,7	16,7	-	TÁBUA, LENHA, ESTEIO, MOURÃO E CARVÃO
LOURO (FV)	86,7	13,3	-	TÁBUA, LENHA, VIGAMENTO, TRAVESSA, CANOA, ESTACA, ESTEIO, TORA, PERNAMANCA, MÓVEIS, CAIBRO E RIPA
GOMEIRA (FV) e UXIRANA (FV e FI)	100,0	-	-	TRAVESSÃO E CAIBRO
PARACUÚBA (FV)	80,0	10,0	10,0	VIGAMENTO, CABO DE MACHADO, REMO, ARCO E HASTE

Legenda:

FV = floresta de várzea; FTF = floresta de terra firme; FI = floresta de igapó

Fonte: Dados da pesquisa de Campo, 1992/93

Org. dos Dados: Witkoski, A. C., 2000

Ao ler o quadro acima, notamos de modo claro a diversidade de árvores utilizadas pelos camponeses amazônicos para a construção de algumas de suas benfeitorias (currais, marombas, galinheiros etc.) e, principalmente, de suas casas. Algumas árvores possuem fins bem específicos e não caberia aqui comentá-los. Entretanto, outras são muito plásticas nas suas formas de utilização. A jacareúba (*Calophyllum brasilienses*), por exemplo, é utilizada para se fazer caibros, tábuas, esteios, estacas, assoalhos, passeios, mourões, pernambancas, canoas, travessões, compensados, móveis e lenha; a maçaranduba (*Manilkara excelsa*) para produzir esteios, estacas, barrotes, vigamentos, tábuas, pernambancas, travessas e vigas de batelão; com a piranheira (*Piranhea trifoliata*), também são feitos esteios, estacas, lenha, passeios, barrotes, vigamentos, tábuas, assoalhos e tábuas de canoa; a macacaúba serve para fabricar tábuas, esteios, lenha, assoalhos, caibros, mourões, pernambancas e compensados; com o tachi (*Triplaris surinamensis*) são manufaturados tábuas, lenha, balcões, varas, estacas, pernambancas, móveis e caibros; por fim, com o louro (*Licaria amara*), são fabricados tábuas, lenha, vigamentos, travessas, canoas, estacas, esteios, toras, pernambancas, móveis, caibros e ripas. Se retirarmos desse contexto os passeios (caminhos improvisados feito de tábuas para circular nas imediações da casa na enchente), as canoas, os móveis, as vigas de batelão, as tábuas para fazer canoas, os balcões, os mourões e a lenha, todos os outros produtos servem para a construção das benfeitorias presentes na unidade de produção e, principalmente, para a construção da casa camponesa.

Devemos sublinhar que, além das formas de coleta da lenha antes evidenciada (galhos caídos ao chão e restos de coivara), nota-se pela descrição acima que os camponeses empregam bem as sobras de todas as madeiras utilizadas para os fins acima apresentados – o que nos mostra o quanto é importante o uso dessa forma de combustível. Essa prática é reforçada pela quantidade de outras espécies que eles também utilizam para esse mesmo fim: aturiá, ciganeira, ingá (*Inga sp.*), muruci, oeirana (*Salix martiana Leyb.*), pojozeiro, sardinheira (*Homalium racemosum*) e urucurana (*Sloanea guianensis*). No mesmo sentido, também utilizam o carvão para a fabricação desse combustível, com as seguintes espécies: araçá (*várias espécies*), espinheiro (*Acacia sp.*) e a envira (*várias espécies*).

Para a fabricação de parte dos instrumentos de trabalho, como cabos de machado, remos de canoa, hastes (para zagaia e/ou arpão), arcos para uso com flechas, é usada a paracuúba (*Lecointea amazonica*); para meios de transporte (fundamentalmente a canoa), servem-se de uma grande diversidade de árvores: a jacareúba (*Calophyllum brasilienses Camb.*), a abacaurana, o arapari (*Macrolobium acaciaefolium*), o cedro (*Cedrela*

odorata), a goiaba-de-anta, o louro-inamuí (*Ocotea cymbarum*), a piranheira (*Piranhea trifoliata*), o louro (*Licaria amara*) e o louro-preto (*Nectandra sp.*).

Embora a madeira e a lenha, em proporções diferentes, sejam fundamentais como atividade extrativa, outros produtos, igualmente essenciais, participam dessa atividade da vida camponesa. Uns tomam parte de forma decrescente: a borracha (-51,5%), o açaí-do-mato (-2,0%), e o tucumã (-1,0%); outros contribuem de forma crescente: a castanha-da-amazônia (+19,0%), a bacaba (+10,0%), a copaíba (+7,5%), a andiroba (+4,0%) e o mel (+2,5%).

Com relação à borracha, não cabe nenhum comentário exaustivo. Não tem sentido porque já o fizemos, quando a abordamos como o mais importante produto do ciclo econômico da Amazônia, que vai dos meados do século XIX até o começo do século XX. Entrementes, não devemos deixar de grifar que é o produto que mais sofreu declínio na área investigada, ainda que praticamente $\frac{1}{4}$ dos camponeses amazônicos (23,5%) façam dele objeto de valores de troca. A despeito do declínio constatado nas microrregiões, não é demais lembrar que o látex, da *Hevea brasiliensis*, continua a ser um dos principais produtos de extração da Amazônia – apesar da forte competição com a borracha de origem sintética e do látex extraídos das monoculturas em regiões com as mesmas características da Amazônia. A extração do látex continua a ser praticado em vários lugares da Amazônia, em particular nas reservas extrativistas do Alto Juruá e de Chico Mendes, no Estado do Acre. Hoje, segundo Emperaire (2000), o comércio da seringa, que podemos classificar de muito ativo, acontece exclusivamente na esfera do comércio nacional.

Ainda na órbita dos produtos extrativistas decrescentes, temos o açaí-do-mato (*Euterpe precatoria*) e o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*). Apesar do pequeno decréscimo dos dois produtos, o **Quadro 1** nos revela que ambos são muito usados, no interior da unidade de produção familiar, para o consumo – uma média que está perto de 68,8%, se considerarmos as percentagens da coluna consumo somadas com a média de ambos produtos da coluna consumo e venda. Seguindo a mesma linha de raciocínio, temos a percentagem de 26,0% para venda. Para Emperaire (2000), o primeiro produto possui um comércio regional muito ativo enquanto o segundo um comércio, também regional, porém, simplesmente ativo.

Na esfera de ação dos produtos extrativistas crescentes, temos em primeiro lugar a castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*), com a percentagem de +19,0%. É uma das maiores árvores da floresta de terra firme da Amazônia e a associação de muito indivíduos (em torno de 50 a 100) forma o que podemos chamar de castanhais. O fruto, conhecido localmente como “ouriço”, possui a forma de um pequeno globo contendo em média de 12 a

22 sementes, servindo para a extração do óleo e outras atividades na cozinha. Se os camponeses amazônicos já extraíam a castanha para consumo, venda e consumo/venda, hoje o fazem em maior quantidade. O **Quadro 1** nos mostra um acréscimo de 9,5% com relação ao consumo e 12,0% em função da venda, respectivamente – embora, no momento da pesquisa, 6,0% dos camponeses amazônicos não estivessem praticando a extração desse tipo de produto. Esse dado, resultado da pesquisa, coincide com o fato de ser a castanha-da-amazônia, no atual momento, o produto mais extraído – acontecendo sua coleta em toda a bacia Amazônica, sendo os Estado do Pará e do Acre seus maiores extratores. A castanha-da-amazônia possui uma dinâmica diferente da outrora hegemônica *Hevea brasiliensis*. Para Emperaire (2000), possui um comércio regional ocasional, um comércio nacional ativo e um comércio internacional muito ativo.

Em segundo lugar vem a extração da bacaba (*Oenocarpus bacaba*), com um crescimento de 10,0%. Palmeira de um só caule, seus frutos servem para a preparação de vinho, bebida não fermentada. Dela igualmente se extrai um óleo que pode ser utilizado para frituras. Nossos dados indicam que esse produto é utilizado pelos camponeses amazônicos, preferencialmente, para o consumo (75,0%), ainda que parte de seus excedentes seja comercializada (20,0%). Para Emperaire (2000), seu circuito de comercialização é essencialmente regional e ocasional.

Temos, em terceiro e quarto lugares, a copaíba (*Copaifera reticulada*, a *Copaifera guianensis* e a *Copaifera multijuga*) e a andiroba (*Carapa procera* e *Carapa guianensis*). A andiroba, como mostramos, também é utilizada como madeira pela unidade de produção familiar – para a fabricação de compensados. Entretanto, o grosso do processo extrativo das cinco espécies possui, via de regra e como objetivo, usos medicinais.

Da primeira espécie de copaíba (*Copaifera reticulada*), o óleo espesso, viscoso, de tonalidade que vai do amarelo ao pardo, é extraído do tronco e aplicado diretamente nas inflamações. Atualmente, em Manaus e Belém, já é possível encontrá-la em cápsulas, sendo vendida em farmácias homeopáticas. É muito provável que as duas outras espécies tenham a mesma finalidade. Entretanto, os camponeses amazônicos não empregam somente o óleo da copaíba. Utilizam igualmente a casca da semente de seus frutos e seu sumo para a cura de ferimentos, hemorragias, problemas hepáticos e dores de barriga, doenças do ar (tuberculose), doenças venéreas (sífilis) e contraceptivos. De acordo com Emperaire (2000), o comércio da copaíba acontece regionalmente (de modo ocasional) e nacional e internacional – de maneira ativa.

Das duas espécies de andiroba, muito próximas, procuram-se suas sementes oleaginosas que fornecem o chamado óleo da andiroba, com propriedades terapêuticas. Essa mesma árvore é muito procurada pelas propriedades contidas em sua casca e nas cascas de sua semente que, também, são utilizadas para fins medicinais – cicatrizante, antiinflamatório, anti-reumatismo, antitussígeno, antibaque, antigripal. Na cidade de Manaus, nos mercados públicos (caso, por exemplo, do Mercado Adolpho Lisboa), nas feiras, as plantas provenientes do trabalho extrativista são numericamente dominantes. A população que mais as procura é aquela que um dia morou no campo e teve lá a prática de usá-las. A memória das curas possibilitadas através desse tipo de medicina, a caseira, juntamente com seu baixo valor monetário para adquiri-las, engendra a disposição de comprar um leque bastante diversificado de plantas medicinais. De acordo com Ferreira (2000:178-9), *nota-se, grande desproporção entre o número de plantas comercializadas nos mercados tradicionais (49) e aquela empregadas nas farmácias (18): as primeiras representam 87,0% do total de espécies amazônicas*. Desse conjunto diverso de plantas medicinais, a andiroba é a única que cobre todas as situações, noutras palavras, é comercializada tanto nos mercados populares como nos laboratórios que a industrializam. Emperaire (2000) constatou que andiroba possui um comércio regional ativo, um comércio nacional ocasional e não é transacionada na esfera comercial exterior.

Podemos afirmar, ainda, que os camponeses amazônicos já utilizaram a extração do mel (60,0% para consumo e 22,5% para venda) e continuam praticando sua extração (62,0% para consumo e 23,0% para venda), o que nos indica um aumento de +2,5%. O mel, extraído na floresta de terra firme e de várzea, é utilizado como um bem medicinal que, misturado com outros produtos igualmente medicinais, é usado como remédio. Conforme relatos registrados em diários de campo, através da mistura de malvarisco, jambu, folha do olho do limoeiro, raiz de chicória, alho, limão e mel cura-se a bronquite; a mistura de andiroba com mel cura tosses crônicas.

Finalmente, os camponeses amazônicos extraem um conjunto complexo de plantas com fins medicinais, para consumo próprio (90,0%) ou para eventual comercialização (8,0%). Embora nossos dados não registrem a utilização de plantas medicinais, para consumo e venda, não podemos deixar de assinalar que sua extração aconteceu e acontece numa escala (**Quadro 1**) e diversidade significativas.

Utilizando-se da floresta de terra firme e da floresta de várzea, como territórios biológicos distintos e complementares, os camponeses amazônicos possuem verdadeira e significativa *farmácia viva* no meio ambiente em que habitam. Essa farmácia viva comparece

em suas vidas como o resultado da socialização do conhecimento – ou melhor, do etnoconhecimento – das contínuas gerações que os antecederam, até recuar à sólida Etnobiologia⁴ dos ameríndios amazônicos, que tanto contribuíram com sua formação social. Apesar da Etnobiologia ser

*[...] uma ciência nova no Brasil, cultivada, infelizmente, por poucos antropólogos, mesmo assim, os grupos indígenas constituem, hoje, os últimos repositórios vivos de um saber acumulado durante milênios para a sobrevivência humana na floresta tropical úmida, nos campos e cerrados. Parte deles foi herdado pelas populações rurais – caboclos, sertanejos, caipiras, caiçaras – encontrando-se, em graus diversos, codificado nas culturas de **folk** (Ribeiro, 1997:4).*

Que reflexão podemos elaborar da biodiversidade das plantas medicinais extraídas pelos camponeses amazônicos? Um primeiro aspecto a ser reafirmado é que a biodiversidade das plantas utilizadas por esses povos resulta, em grande parte, do próprio trabalho realizado no *habitat* que os envolve e por eles é envolvido. É como se a força do conhecimento tradicional, sob a forma de um conjunto de potencialidades herdadas realizado através do seu trabalho na vida presente, cercado pela natureza, se atualizasse. Na verdade é isso mesmo o que acontece. Extrair da floresta de terra firme ou da floresta de várzea essa biodiversidade de plantas implica (re)conhecer o conhecimento herdado e produzir um renovado conhecimento que carrega, como objetivo essencial, a incumbência de perpetuar a diversidade social da vida. Operamos, aqui, obviamente, com o pressuposto de que

*[...] todos os grupos têm crenças e explicações sobre suas doenças. Tais interpretações não são crenças ingênuas e superstições, mas, em princípio, formas de entendimento da doença: suas causas e conseqüências, sua etiologia e seus sintomas. Elas permitem a comunicação entre os membros da população e a racionalização do tratamento [...]. Com efeito, os grupamentos culturais que ainda convivem com a natureza, observando-a de perto e explorando suas potencialidades no dia-a-dia, mantêm vivo e crescente esse patrimônio, pela experimentação sistemática e crescente. Considerando-se que tais populações detêm conhecimentos acumulados milenarmente, é fácil entender afirmações como [...] **nossos índios e caboclos têm, certamente, grandes lições a dar-nos** (Elisabetsky, 1997:153 e 162).*

Com relação à prática do extrativismo das plantas medicinais, e suas formas de uso, podemos reunir quatro questões básicas: 1) a grande diversidade de plantas utilizadas na cura de doenças; 2) o uso de uma planta e uma parte da mesma planta para a cura de uma só doença; 3) a utilização de uma planta e uma parte da planta para a cura de uma ou mais

⁴ Segundo Posey (1997:1) “a etnobiologia é essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia. Em outras palavras, é o estudo do papel da natureza no sistema de crença e de adaptação do homem a determinados ambientes. Nesse sentido, a etnobiologia relaciona-se com a ecologia, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo”.

doenças e 4) o emprego de uma planta e várias partes da mesma planta para a cura de uma ou mais doenças.

Das 64 espécies de plantas medicinais usadas pelos camponeses amazônicos, de 29 espécies (45,3%) são empregadas somente *uma parte* da *planta* para curar *uma doença específica*. Das 29 plantas usadas, 16 espécies (55,2%) são cascas para curar hemorróidas, diarreias, problemas de fígado e estômago, tosses, reumatismos, inflamações e diabetes. Das 13 plantas restantes (44,8%), 2 (15,4%) são cascas empregadas na defumação do ambiente da casa (espantar insetos), numa atitude preventiva contra doenças; 3 (23,1%) são folhas usadas para curar vermes, picadas de cobra, ferimentos, ou são consumidas como depurativos; 3 (23,0%) são leites para debelar doenças como diarreias, hemorróidas ou, então, são usados como emplasto; 2 (15,4%) são raízes para a cura de inflamações e gripes; 1 (7,7%) são cipós empregados contra diarreias ou, utilizados para defumar a casa (espantar insetos); 1 (7,7%) é batata, como parte da planta, para a cura da diarreia; enfim, 1 (7,7%) é sumo empregado para curar diarreias.

Na utilização de *uma planta*, *uma parte* da *planta*, com o objetivo de *curar uma* ou *mais doenças*, os camponeses manuseiam 19 (29,7%) espécies de vegetais medicinais. Desse total de espécies, os camponeses amazônicos empregam 14 plantas (73,6%), utilizando suas cascas para curar hemorróidas, diarreia, inflamações, ferimentos, dores de estômago, intestino, rins e problemas de fígado, baques, curuba (sarna), desmentidura (deslocamento, luxação), úlcera, malária, tosse, amarelão, picada de cobra e de arraia, reumatismo, inflamação de mulher (feridas no útero), tumores, cicatrização – além de usá-las também como anticoncepcional; de 2 espécies (10,5%) empregam-se as folhas para curar quentura de cabeça, constipação e problemas de fígado, rins e estômago; de 1 espécie (5,3%), aplica-se a raiz para curar inflamações e criar força no sangue (anemia); de 1 espécie (5,3%) utiliza-se o leite para rasgaduras (ferimentos) e para fazer emplastos; de 1 última espécie (5,3%) prescreve-se o óleo da semente para curar tosse, gripe e rouquidão.

No emprego de *uma planta*, *várias partes* de *uma mesma planta*, para *curar uma* ou *mais doenças*, os camponeses administram 16 espécies de plantas medicinais (25,0%). Não tocaremos mais na copaíba e na andiroba – ambas plantas muito utilizadas para a cura de uma diversidade ampla de doenças – antes abordadas. Desse bloco, restam 14 plantas (21,9%). Não nos deteremos, também, em todas elas. Evidenciaremos as mais significativas (aquelas que curam um maior número de doenças), com o objetivo de revelar um pouco mais o significado que possui para o camponês o domínio dessa biodiversidade. Nossa investigação mostra, de modo bem claro, que a sucúba é uma planta bastante polivalente. Suas partes

(casca, leite e folhas), de modo individual ou combinado, são empregadas na cura de 12 diferentes tipos de doenças – superando até mesmo a andiroba e a copaíba; do uxi empregam-se a casca e/ou a semente para a cura de 6 diferentes doenças; para a cura de 5 tipos diferentes de patologias (coceira, anemia, diarreia, dores de garganta e inflamações em geral), emprega-se a casca e/ou a folha da castanheira-da-amazônia; para a mesma quantidade de doenças que se busca curar (vermes, anemia, problemas de fígado e estômago e inflamações em geral), os camponeses lançam mão da casca e/ou o leite da caxinguba; empregando a vagem e/ou a bucha da cabacinha, os camponeses pretendem curar 4 diferentes doenças (sinusite, dores de cabeça, gripe e baque). Utilizam a mesma planta, também, com muito sucesso, como abortivo. Embora não tenhamos investigado, de modo sistemático, as formas de uso das plantas medicinais utilizadas pelos camponeses amazônicos, podemos apresentar, de acordo com as notas dos diários de campo, algumas das formas de aplicação por eles praticadas: aplicação da folha aquecida; aplicação do leite da planta sobre...; aplicação do sumo da folha; aplicação dos resíduos de sementes raladas; banho com o chá das folhas; compressa com folhas; fricção da folha pilada com óleo; fricção da raiz pilada; ingestão de sementes; ingestão do chá da casca; ingestão do chá das folhas e raízes; ingestão do chá das folhas; ingestão do chá das raízes; ingestão do suco dos frutos.

Notamos, igualmente, que o extrativismo vegetal (ele próprio parte de um subsistema) relaciona-se, de uma forma ou de outra, com os outros subsistemas da unidade de produção familiar: a construção da casa do camponês e de sua família – centro de gerenciamento do sistema agroflorestal; a edificação de algumas das benfeitorias camponesas, geralmente relacionadas com o subsistema criação animal; a fabricação do principal meio de transporte camponês (as canoas) e alguns dos apetrechos que propiciam parte da dinâmica do subsistema extrativismo animal (a pesca); por fim, com a coleta da significativa biodiversidade de plantas, com fins medicinais, que acabam por sustentar a própria vida do camponês e a vida de sua família. Embora não possamos afirmar que o extrativismo vegetal seja o centro da atividade camponesa, ele ocupa um lugar relevante, como uma atividade em si, e na articulação geral do sistema agroflorestal.

3 EXTRATIVISMO ANIMAL: A CAÇA

O extrativismo animal – referimo-nos aqui à caça – tal como o vegetal, encontra-se envolvido na história da formação social da Amazônia. Muito antes da posse e da

conquista, os ameríndios da Amazônia, em diferentes lugares e tempos, praticavam essa atividade. Betty J. Meggers, em seu livro *Amazônia: a ilusão de um paraíso* (1977), na seção *Adaptação indígena à várzea*, ao elaborar uma reflexão sobre a vida dos *Omáguas*, moradores do Médio e Alto Amazonas (hoje, corretamente nomeados de Médio e Alto Solimões) e dos *Tapajós*, habitantes da foz do rio do mesmo nome, não deixa de mencionar a importância que teria dito a caça na dieta alimentar desses povos.

Na dieta alimentar diversificada dos *Omáguas*, por exemplo, como afirma o relato de alguns viajantes, são mencionadas freqüentemente as tartarugas, de cujos ovos extraíam um óleo gostoso e nutritivo. Entretanto, a presa mais apreciada dos *Omáguas* parece ter sido o peixe-boi. Na tradição oral revelada pelos camponeses amazônicos, tanto a tartaruga como o peixe-boi são ainda hoje muito apreciados – embora cada vez mais raros. Na concepção dos varzeanos, nem sempre consensual, ambos os animais ora são caçados, ora pescados. Conforme relato de Christobal de Acuña (1994:159) *não era somente delicioso como, também, muito nutritivo, de modo que com uma pequena quantidade a pessoa fica mais satisfeita e com mais energia do que se tivesse comido duas vezes a mesma quantidade de carneiro*. Embora pouco tenha aparecido no relato dos viajantes a respeito da caça terrestre, a anta (*Tapirus americanus*) e o catitu (*Tayassu tacaju*) eram caçados na terra firme, usando como apetrecho fundamental a lançadeira de dardos – propulsor de flechas em lugar do arco. Por outro lado, os escudos usados na guerra pelos *Omáguas*, e isto também é revelador, era do tamanho de um homem, sendo trançados ou cobertos de couros de jacarés (*Melanosuchus niger*), peixes-bois ou antas. Na ausência de rochas, os machados e as enxós eram manufaturados com a parte central dos cascos das tartarugas. Os *Tapajós*, contrariamente aos *Omáguas*, parecem ter se dedicado menos à caça. Com uma dieta alimentar baseada essencialmente no milho, na mandioca e no arroz selvagem – esse propiciado pela significativa presença de lagos no rio *Tapajós* – o ecossistema de várzea igualmente tornava possível uma grande quantidade de peixes, tartarugas e peixes-bois. Ainda assim, antas, pássaros e outros animais de caça eram capturados na floresta. Ao contrário dos *Omáguas* e *Tapajós*, e nisso não há nada de paradoxal, os camponeses amazônicos caçam, fundamentalmente, com espingardas. Mesmo assim, nossa pesquisa constatou um pequeno número de espingardas encontradas, nas quatro microrregiões, quando comparadas, por exemplo, com a quantidade de terçados (instrumento utilizados tanto na terra como na floresta) ou espinhéis (apetrecho usado exclusivamente na pesca). A pouca quantidade de espingardas encontrada, na investigação, reflete, como será mostrado, a relativa atividade de caça praticada pelos camponeses, quando comparada com o exercício da pesca. Outro aspecto

que não podemos desconsiderar é o da fiscalização “mais dura” que faz o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA sobre os apetrechos de caça. É como se pescar fosse, “naturalmente”, uma atividade não predatória e a caça, necessariamente, o fosse. Depoimentos registrados nos diários de campo atestam o receio dos camponeses de exporem suas espingardas, questão que não é registrada com relação aos apetrechos de pesca. Raramente foram vistas espingardas nas casas dos camponeses. As que foram vistas, penduradas em alguma parede da casa, eram exibidas como relíquia, não funcionavam mais.

Nesse contexto, não podemos deixar de lembrar que a exploração levada a cabo pelo mercantilismo português, no universo dos ameríndios amazônicos, em geral, e dos *índios das águas*, de modo particular, no princípio do século XVI e nos séculos subsequentes, trouxe aos naturais da terra conseqüências de natureza diversa, em função de dois objetivos inerentes ao projeto de colonização português: o fundamento do projeto não era o povoamento, mas a exploração comercial; nunca deixaram de manter contato íntimo com a pátria de origem a quem competia decidir as mercadorias a serem fornecidas e seus valores. Desse modo, pela primeira vez em sua longa história, a Amazônia ficou sob a influência contínua de um ator econômico extracontinental e, conseqüentemente, com imunidade as forças modeladoras da seleção natural local. A exploração comercial realizada na Amazônia, nesse período, foi executada principalmente com a força de trabalho indígena. Nesse sentido, a exploração da riqueza natural deu-se ao mesmo tempo em se praticava o etnocídio dos ameríndios das várzeas amazônicas. Apesar do etnocídio cometido nessa grande região de sociodiversidade, trágica do ponto de vista humano, o ecossistema de várzea não foi afetado de modo profundo. O que afetou, na verdade, de modo drástico, foi a substituição das práticas indígenas pelos procedimentos e o comportamento que se desenvolveram num contexto ambiental muito diverso e incompatível com a situação ecológica local. O hábito nômade dos ameríndios, por exemplo, em mudar constantemente de aldeias, conflitava com o conceito europeu de propriedade privada e a idéia do povoamento estável. Apesar da tragédia anunciada e realizada pela posse e conquista da Amazônia, principalmente pelos portugueses, um dos traços marcantes da vida amazônica, na várzea, em seus múltiplos rios, é a ausência ou a pouca diferenciação socioregional. Se viajarmos ao longo dos principais rios amazônicos e seus tributários, veremos que as populações que habitam suas várzeas são um povo que comem a mesma comida, vestem a mesma vestimenta, habitam casas com arquitetura muito parecida e são movidas por crenças, valores e aspirações que trazem, como

uma de suas marcas, talvez o seu principal sinal, o comportamento dos seus ancestrais ameríndios.

Nesse cenário, que caracteriza parte das influências dos ameríndios sobre o modo de vida dos varzeanos, que papel desempenha a caça, hoje, na subsistência da vida camponesa? Tal como proposto antes, ao discutir o extrativismo vegetal, que posição ocupa o extrativismo animal – a caça – como fonte de suprimento de proteína animal, para a vida do camponês e sua família?

A primeira questão a ser lembrada é que a pesca fornece as bases da geração da proteína animal consumida pela família camponesa. Fornece a proteína animal todo o tempo, mas não na mesma quantidade. Desse modo, o problema dos ciclos das águas – imperativo que atravessa a vida camponesa – impõe com sua dinâmica, e nas ocasiões específicas em que a várzea passa a ter configuração ímpar (ou enchente, ou cheia, ou vazante ou seca), momentos que acabam por determinar um devir camponês singular, quando a questão é a atividade caça.

Conforme indica os dados da pesquisa de campo, os camponeses das quatro microrregiões do rio Solimões/Amazonas caçam. Embora todos exerçam esse tipo de extrativismo, fica evidente o contraste entre os camponeses do Médio Solimões e Amazonas (média de 80,7%), para os camponeses do Baixo Solimões e Alto Amazonas (média de 30,2%), uma diferença de 50,5% em favor das duas primeiras microrregiões. A que podemos atribuir essa disparidade com relação à atividade caça? Uma das razões para os camponeses do Baixo Solimões e do Alto Amazonas caçarem menos, talvez o principal motivo, seja a circunstância de a caça ter passado a ser considerada uma atividade ilegal, a partir da publicação da *Lei de Proteção à Fauna* (Lei n.º 5.197), de 03 de janeiro de 1967. Além disso, não devemos deixar de considerar: a sobrecaça já praticada nessas áreas, tão próximas a Manaus; o fato de a própria cidade ser um grande mercado consumidor de carne de caça – diante do fato de que parte da população, que nela habita, tem ainda o hábito de consumi-la; não menos relevante é o fato de as duas microrregiões apresentarem mais facilidade de serem intensamente vigiadas e com possibilidades de autuações recorrentes.

No sentido de qualificar a natureza da atividade da caça camponesa que, como será visto, está muito mais voltada para o consumo do que para a comercialização, vejamos a diversidade das espécies mencionadas e caçadas pelos camponeses das quatro microrregiões (**Quadro 4**).

QUADRO 4 – ESPÉCIES MENCIONADAS E CAÇADAS, NAS QUATRO MICRORREGIÕES, PELOS CAMPONESES AMAZÔNICOS DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS (*)

ESPÉCIES (NOME COMUM)	NOME CIENTÍFICO	MÉDIO SOLIMÕES	BAIXO SOLIMÕES	ALTO AMAZONAS	MÉDIO AMAZONAS
MAMÍFERO AQUÁTICO					
PEIXE-BOI	TRICHECHUS INUNGUIS	--	--	--	03 (3,7%)
SUBTOTAL		--	--	--	(03) 3,7%
MAMÍFEROS TERRESTRES					
ANTA	TAPIRUS AMERICANUS	01 (1,1%)	--	--	--
CAITETU	DYSCOTYLES TORQUATUS OU TAYASSU TAJACU	--	--	--	01 (1,3%)
CAPIVARA	HYDROCHOERUS HYDROCHOERIS	01 (1,1%)	03 (18,8%)	04 (40,0%)	23 (29,5%)
CUTIA	DASIPROCTA AGUTI	06 (6,5%)	--	--	--
GUARIBA	MYCTITHECUS SP.	04 (4,3%)	--	--	01 (1,3%)
MACACO-PREGO	CEBUS SP.	04 (4,3%)	--	--	01 (1,3%)
PACA	COELOGENYS PACA	12 (12,9%)	--	--	03 (3,8%)
QUEIXADA	DISCOTYLES LABIATUS	--	--	--	01 (1,3%)
TATU	VÁRIOS GÊNEROS	14 (15,1%)	01 (6,3%)	--	04 (5,1%)
VEADO	VÁRIOS GÊNEROS	19 (20,4%)	--	--	01 (1,3%)
SUBTOTAL		(61) 65,7%	(04) 25,1%	(04) 40,0%	(35) 44,9%
AVES AQUÁTICAS					
CARÃO	ARAMUS SCOLOPACEUS	--	--	--	01 (1,3%)
CARARÁ	PLOTUS ANINGA	--	02 (12,5%)	--	01 (1,3%)
COROCORÓ	GERONTICUS INFUSCATUS	--	--	--	01 (1,3%)
GARÇA	ARDEA CANDIDISSIMA	--	--	--	01 (1,3%)
MAGUARI	ARDEA COCOI	--	01 (6,3%)	--	--
MARRECO	VÁRIOS GÊNEROS	--	02 (12,5%)	02 (20,0%)	06 (7,7%)
PATO	CAIRINA MOSCHATA	05 (5,4%)	02 (12,5%)	02 (20,0%)	15 (19,2%)
SUBTOTAL		(05) 5,4%	(07) 43,8%	(04) 40,0%	(25) 32,1%
AVES TERRESTRES					
INHAMBU	TINAMUS SP. CRYPTURUS SP.	02 (2,2%)	--	--	--
MUTUM	MITUA MITU	04 (4,3%)	01 (6,0%)	--	--
TUCANO	RAMPHASTOS SP.	--	--	--	02 (2,6%)
SUBTOTAL		(06) 6,5%	(01) 6,0%	--	(02) 2,6%
RÉPTEIS AQUÁTICOS					
JACARÉ	MELANOSUCHUS NIGER	01 (1,1%)	01 (6,3%)	--	07 (9,0%)
TARTARUGA	PODOCNEMIS EXPANSA	--	--	--	01 (1,3%)
TRACAJÁ	PODOCNEMIS UNIFILIS	--	03 (18,8%)	02 (20,0%)	05 (6,4%)
SUBTOTAL		(01) 1,1%	(04) 25,1%	(02) 20,0%	(13) 16,7%
RÉPTEIS TERRESTRES					
JABUTI	TESTUDO TABULATA	20 (21,3%)	--	--	--
SUBTOTAL		(20) 21,3%	--	--	--
TOTAL ESPÉCIES CAÇADAS		93 (100,0%)	16 (100,0%)	10 (100,0%)	78 (100,0%)
TOTAL ESPÉCIES MENCIONADAS MICRORREGIÃO		13	09	04	19

Fonte: Pereira, 1994.

(*) Foram mencionadas 25 diferentes espécies de caça nas quatro microrregiões.

O número das espécies caçadas, por microrregião, é diverso.

São os camponeses do Médio Solimões e Amazonas os que mais caçam. Não só caçam mais, como também caçam maior diversidade de espécies. Embora tenham sido mencionadas 25 espécies diferentes de caças, no conjunto da área investigada, a primeira microrregião cita 13 espécies diferentes e caça 93 animais, enquanto que a segunda lista 19 espécies diferentes e caça 78 animais. Os bichos que os camponeses mais caçam em ambas as microrregiões são mamíferos terrestres – sendo 61 animais no Médio Solimões (65,6%) e 35 animais no Médio Amazonas (44,9%).

Os animais restantes do Médio Solimões (34,3%) distribuem-se em aves aquáticas (5,4%), aves terrestres (6,5%), répteis aquáticos (1,1%) e répteis terrestres (21,3%). Devemos referir que essa é a única microrregião que caça o jabuti (*Testudo tabulata*), um tipo de quelônio que possui mais ou menos 70 cm e se alimenta de frutos em geral, muito comuns nas florestas brasileiras, desde a Amazônia até o Estado do Mato Grosso.

Os 55,1% dos animais restantes caçados no Médio Amazonas, um pouco mais da metade, dividem-se: 3,7% de mamífero aquático, 32,1% de aves aquáticas, 2,6% de aves terrestres e 16,7% de répteis aquáticos. Aqui, não devemos deixar de realçar a pouquíssima quantidade de peixe-boi (*Trichechus inunguis*) caçada na área investigada como um todo – o que condiz com a compreensão dos próprios camponeses, e de estudiosos da espécie, de que esse mamífero corre sérios riscos de extinção. Esse, o maior animal nativo da Amazônia, pesa em torno de uns 400 kg, sendo nos dias atuais muitíssimo mais raros do que no passado. Contudo, vez por outra, alguns são mortos. Quando abundante, os caçadores (pescadores) profissionais de peixe-boi planejavam sua captura da cidade. Em razão do denso esforço de caça (ou pesca) a que foi submetida, sua população foi reduzida a números muito pequenos. Diante de sua raridade, hoje, já não é mais lucrativo concentrar-se em sua captura. Além disso, ao contrário da capivara, os peixe-bois têm baixa reprodução – podem gerar apenas um filhote a cada três anos. Mesmo assim, como indica o **Quadro 4**, eles ainda são eventualmente arpoados quando se alimentam das plantas flutuantes, principalmente por pescadores de pirarucu. Na mesma microrregião, não devemos deixar de chamar a atenção para a quantidade de aves aquáticas – marrecos (vários gêneros) e patos (*Cairina moschata*) – e de répteis aquáticos – jacaré (*Melanosuchus niger*), tartaruga (*Podocnemis expansa*), tracajá (*Podocnemis unifilis*), caçados. Somente uma tartaruga (*Podocnemis expansa*) foi registrada, como animal caçado, no conjunto das microrregiões. Aqui, não podemos esquecer do que afirmamos: esse tipo de quelônio aquático – que tem como *habitat* rios, igarapés e lagos – que vem a terra apenas para a desova foi um dos animais mais capturados, juntamente com o peixe-boi, desde o chamado período de extração das drogas do sertão. A coleta, em excesso,

dos ovos das tartarugas e das tartarugas, no período da postura, para a alimentação humana e o emprego do óleo na iluminação, por muito pouco não levaram esses animais à extinção. Nos dias atuais, leis de proteção que começam a vigorar, juntamente com necessidade de iniciar sua procriação em cativeiro, poderão a longo prazo começar a recuperar a população desse quelônio da fauna aquática amazônica. A prevalecer a depredação, serão necessárias décadas para repor as tartarugas, ainda que isso seja incerto. A idéia de reservas de desenvolvimento sustentável, bem administrada, poderia ser a alternativa entre homens e animais na recuperação dos estoques desses quelônios, evitando sua completa extinção. Contrariamente à tartaruga, os tracajás (*Podocnemis unifilis*) são mais capturados, talvez, porque ainda sejam mais fartos na natureza amazônica.⁵ Naturais da região, vivendo em rios, lagos e igarapés, fazem seu ninho individualmente, em praias de areia ou nos barrancos dos rios e tem por costume pôr mais ou menos 30 ovos, geralmente, à noite. Do jacaré (*Melanosuchus niger*), restrito à Amazônia, também caçado pelos camponeses do Médio Amazonas em proporção desigual com relação às outras microrregiões, é apreciada a carne salgada e seca ao sol, o que lembra, para um degustador desprevenido, a carne do pirarucu (*Arapaima gigas*), um dos peixes mais cobiçados pelos varzeanos para o consumo (dado a sua nobreza) ou para comercialização – em face do seu bom preço de mercado. Os camponeses, com a finalidade exclusiva de consumo, caçam muitos patos (*Cairina moschata*).

Embora os camponeses do Baixo Solimões e Alto Amazonas cacem bem menos do que os camponeses das duas outras microrregiões, eles igualmente praticam essa atividade. Contudo, como mostra o quadro anterior, sua biodiversidade é significativamente menor – o Baixo Solimões aparece com nove espécies diferentes mencionadas para 16 animais caçados, enquanto que o Alto Amazonas citou quatro diferentes espécies para dez bichos caçados.

O **Quadro 4** nos aponta para o fato de que os animais mais caçados no Baixo Solimões são as aves aquáticas (43,8%) seguidos dos mamíferos terrestres e répteis aquáticos com uma mesma percentagem, representando sua caça 25,1%. As aves terrestres são muito pouco caçadas (6,0%). Das aves aquáticas mais caçadas, o carará (*Plotus aninga*), o marreco (vários gêneros) e o pato (*Cairina moschata*) são os mais procurados no Baixo Solimões enquanto que o pato e o marreco são no Alto Amazonas.

⁵ “Os tracajás são capturados com um tipo de espinhel que carrega entre cerca de 4 a 8 anzóis, do tamanho 8 ou 10, por espinhel, que é suspenso de maneira que os anzóis toquem a superfície da água. No entanto, ao invés de iscar-se com sapos, faz-se com frutos do caiembé (*Sorocea duckei*). Os espinhéis são suspensos sob as árvores do caiembé na várzea. Estas frutas preto-azuladas também atraem o carauacú” (Smith, 1979:63).

Dos mamíferos terrestres mais perseguidos – tal como acontece no Médio Amazonas – a capivara (*Hydrochoerus hydrochoeris*) ocupa lugar importante: 18,8% no Baixo Solimões e 40,0% no Alto Amazonas. Essas, preferindo as proximidades das matas, são encontradas às margens dos rios e lagos. Vivem em grupos de até 20 indivíduos tendo hábitos noturnos e diurnos. Hábil nadadora, é o maior dos roedores ainda vivos do mundo, podendo um exemplar adulto pesar em torno de 35 a 40 quilos. Assim como os répteis aquáticos (tracajás) são caçados pelos camponeses do Médio Amazonas (6,4%), também o são pelos camponeses do Baixo Solimões (18,8%) e do Alto Amazonas (20,0%).

Apresentada as espécies mencionadas e as mais caçadas pelos camponeses amazônicos, cabe-nos indagar: seria a caça uma atividade exercida de modo predominante no período da cheia ou a prática da caça seria desempenhada tanto na cheia como na seca – embora os ambientes onde se execute a caça e o tipo de caça capturada, como será apresentado, sejam diversificados de acordo com os ciclos das águas (**Quadro 5**)?

QUADRO 5 – ESPÉCIES MAIS CAÇADAS (NA CHEIA E/OU SECA) PELOS CAMPONESES AMAZÔNICOS DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS (%)

ESPÉCIES (NOME COMUM)	NOME CIENTÍFICO	CHEIA	SECA
MAMÍFEROS AQUÁTICOS			
PEIXE-BOI	TRICHECHUS INUNGUIS	0,9	0,4
SUBTOTAL		0,9	0,4
MAMÍFEROS TERRESTRES			
ANTA	TAPIRUS AMERICANUS	1,5	--
CAITITU	DYSCOTYLES TORQUATUS OU TAYASSU TAJACU	0,4	--
CAPIVARA	HYDROCHOERUS HYDROCHOERIS	13,5	26,2
CUTIA	DASIPROCTA AGUTI	1,6	--
GUARIBA	MYCTITHECUS SP.	0,7	2,9
MACACO-PREGO	CEBUS SP.	0,7	0,9
PACA	COELOGENYS PACA	14,4	7,8
QUEIXADA	DISCOTYLES LABIATUS	2,0	--
TATU	VÁRIOS GÊNEROS	9,4	5,8
VEADO	VÁRIOS GÊNEROS	10,8	5,8
SUBTOTAL		55,0	49,4
AVES AQUÁTICAS			
CARÃO	ARAMUS SCOLOPACEUS	4,2	--
CARARÁ	PLOTUS ANINGA	2,3	5,8
COROCORÓ	GERONTICUS INFUSCATUS		--
GARÇA	ARDEA CANDIDISSIMA	--	3,9
MAGUARI	ARDEA COCOI	--	5,8
MARRECO	VÁRIOS GÊNEROS	5,0	7,4
PATO	CAIRINA MOSCHATA	8,7	15,0
SUBTOTAL		20,2	37,9
AVES TERRESTRES			
INHAMBU	TINAMUS SP., CRYPTURUS SP.	3,2	--

MUTUM	MITUA MITU	0,7	--
TUCANO	RAMPHASTOS SP.	4,2	--
SUBTOTAL		8,1	--
RÉPTEIS AQUÁTICOS			
JACARÉ	MELANOSUCHUS NIGER	4,5	1,2
TARTARUGA	PODOCNEMIS EXPANSA	--	0,2
TRACAJÁ	PODOCNEMIS UNIFILIS	7,0	6,2
SUBTOTAL		11,5	7,6
RÉPTEIS TERRESTRES			
JABUTI	TESTUDO TABULATA	4,3	4,7
SUBTOTAL		4,3	4,7
TOTAL		100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa de Campo, 1992/93

Org. dos Dados: Witkoski, A. C., 2000

Uma primeira questão a ser revelada é que a caça não é uma atividade exercida intensa ou exclusivamente na cheia. Essa afirmação contraria a visão do senso comum de que a caça seria uma atividade camponesa essencialmente desenvolvida na cheia – em função da escassez de proteína animal oriunda da ictiofauna. Não deixa de ser verdadeiro que no período da cheia, em face do ambiente onde habitam os camponeses amazônicos, aconteçam dois fenômenos distintos que se combinam: o primeiro aspecto é que com a cheia (junção dos rios, paranás, igarapés, lagos etc.) há profunda dispersão das populações de peixes – o que faz aumentar significativamente o esforço de pesca. Este se refere a um conjunto de atividades relativas à pesca, a saber: energia gasta na confecção dos apetrechos de pesca (quando é o caso), tempo de deslocamento aos ambientes aquáticos, tempo gasto para a captura dos peixes e tempo despendido para a volta à casa – o que varia, de modo significativo, nos períodos cheia/seca. Assim, gasta-se muito mais tempo deslocando-se aos espaços aquáticos pescando e captura-se muito menos peixe, quando o relacionamos com o período da seca; o segundo fato produz-se num sentido inverso da pesca, mas, também, como decorrência da cheia. Nesse período, criam-se pequenas ilhas de terra onde a densidade de animais apreciados pelos camponeses congregam-se encurralados pela enchente – o que facilita muito a caça.

Desse modo, enquanto o esforço de pesca aumenta de modo significativo no momento em que predomina, na vida camponesa, o universo das águas, o de caça diminui⁶ de modo considerável, na medida em que esses animais se tornam presas mais fáceis para uma caçada, o que não exige grandes deslocamentos no espaço e acontece de maneira rápida. Isso não quer dizer que os camponeses amazônicos cacem somente na cheia. Caçam na cheia e na

⁶ Nossa explicação, no caso do esforço de caça, só pode ser cogitada de modo hipotético. Esse poderia ser, aliás, um problema interessante a ser investigado no bojo de um futuro trabalho exclusivamente sobre caça.

seca. Podemos afirmar, entretanto, que a “escassez” temporária de peixes na cheia (portanto, fonte de proteínas) é contrabalançada pela “fartura” de proteína oriunda da caça. Demonstrando muita plasticidade, o camponês e sua família adaptam-se a esse movimento cíclico das águas, dele tirando proveito.

Ao compararmos as circunstâncias cheia/seca, com relação às espécies mais caçadas, não podemos deixar de observar um relativo equilíbrio no que tange aos animais capturados. Não nos é possível, ao mesmo tempo, deixar de estabelecer relações entre as percentagens *animais mais caçados* com a situação *ambientes de caça* mais procurados pelos camponeses amazônicos (**Quadro 6**).

QUADRO 6 – AMBIENTES DE CAÇA MAIS PROCURADOS PELOS CAMPONESES AMAZÔNICOS DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS (%)

AMBIENTES DE CAÇA			
CHEIA		SECA	
CAMPO DO GADO	4,7	CAMPO DO GADO	1,2
CAPOEIRA	2,8	CAPOEIRA	1,2
FLORESTA DE TERRA FIRME	11,3	FLORESTA DE TERRA FIRME	6,0
FLORESTA DE VÁRZEA	--	FLORESTA DE VÁRZEA	3,6
LAGO DE VÁRZEA	30,2	LAGO DE VÁRZEA	57,8
PRAIA	--	PRAIA	7,2
RESTINGA	11,3	RESTINGA	14,1
RIO E PARANÁ	11,4	RIO E PARANÁ	7,7
SÍTIO	28,3	SÍTIO	1,2
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

Fonte: Dados da pesquisa de Campo, 1992/93

Org. dos Dados: Witkoski, A. C., 2000

Os peixes-bois, por exemplo, mamíferos de vida exclusivamente aquática, alimentam-se intensamente no período da cheia. Nesse momento, de modo coincidente, acontece a formação dos matupás, portadores de grande biodiversidade de plantas aquáticas, o que acaba facilitando sua farta alimentação. O peixe-boi, aproveitando da riqueza, facilidade e sucesso na busca de alimentação nesse momento da vida amazônica (precisa acumular reservas de gorduras para o ciclo da seca), ao procurar os matupás, acabam por se tornar uma presa mais fácil de ser caçada na cheia. Na seca, em razão do encolhimento da quantidade de água dos rios, paranás e lagos de várzea, acontece a retração das plantas aquáticas que passam a ter uma vida de fase mais terrestre do que aquática. Essa retração – “morte” cíclica dos matupás – é acompanhada pela escassez do alimento para o peixe-boi. Como possui respiração aérea e precisa, de qualquer maneira, se alimentar, ainda que num ritmo menor, também acaba por ser caçado na seca, só que no ambiente do lago de várzea, ainda rico em gramíneas aquáticas.

Os mamíferos terrestres (anta, caitetu, capivara, cutia, guariba, macaco-prego, paca, queixada, tatu e veado), de modo genérico, são igualmente caçados tanto na cheia como na seca. Mesmo sendo essa afirmação confirmada pelo **Quadro 6** – 30,2% dos camponeses amazônicos buscam como ambiente de caça o lago de várzea, na cheia, enquanto que 57,8% o fazem no período da seca – podemos destacar algumas singularidades, com relação à caça de alguns dos mamíferos terrestres, apanhados pelos camponeses.

A primeira delas é que os camponeses caçam o dobro de capivaras no período da seca (26,2%), quando comparados com a cheia (13,5%). A preferência por caçá-las na seca decorre, supomos, muito em função dos *habitats* e hábitos desses animais – preferem as proximidades das matas, sempre em lugares onde haja a presença de água, por causa de especialização para nadar e mergulhar bem. Quando caçadas na seca, os ambientes preferidos pelos camponeses amazônicos são os paranás, lagos de várzea etc. Quando caçadas na cheia, os ambientes mais citados são o sítio e a restinga. Aqui cabe um esclarecimento: quando o camponês afirma caçar, na cheia, no sítio e na restinga, ele está se referindo sem perceber a uma sobreposição de ambientes, isto porque, na maioria das unidades de produção familiar da várzea, o sítio, subsistema agronomicamente constituído, fica sobre as restingas (ambiente natural), áreas mais altas da propriedade que, por serem mais altas, acabam por formar as pequenas ilhas, antes referidas, o que facilita muito a caça nesse período. Entretanto, quando os camponeses afirmam caçarem tanto da cheia como na seca, uma multiplicidade de ambientes é indicada: rio e/ou paraná, floresta de várzea, lago de várzea, capoeira e aningal. Nossa investigação constatou que a propriedade camponesa fica, via de regra, em frente a algum paraná – braço de rio evoluído de um rio que a ele retorna quilômetros mais à frente separado por uma ilha. Desse modo, podemos afirmar que esse ambiente aquático faz parte da vida camponesa tal como a sua propriedade de terra que, de modo perpendicular, dele se estende em direção à floresta de terra firme, cortando uma série de outros ambientes. Assim, podemos dizer que a floresta de várzea surge, *grosso modo*, entre o paraná e o lago de várzea, podendo ser compreendida como um meio ambiente que envolve o entorno da propriedade camponesa. As capoeiras, vegetação formada a partir dos lugares onde se derrubou floresta virgem para o cultivo, são igualmente lugares muito próximos da casa camponesa – o que facilita muito a caça na cheia.

As pacas (*Coelogenys paca*), de modo semelhante à capivara, tem por *habitat* as matas e campos sempre próximos de água. O fato de as pacas buscarem preferencialmente o ambiente de restinga (diferentemente do comportamento da capivara) as torna também para os camponeses, no período da cheia e/ou seca, uma presa mais fácil, em razão da proximidade

desse ambiente à casa do camponês e sua família e ao fato de o mesmo passar a ter uma nova configuração, isto é, a forma de pequenas porções de terras cobertas de vegetação e cercadas de água por todos os lados.

Os tatus (vários gêneros), mamíferos desdentados, noctívagos que se alimentam de raízes, frutos, insetos etc. são caçados também na cheia, tanto no sítio como nas restingas – pelas mesmas razões alegadas. Entretanto, de modo diferente dos mamíferos descritos, os camponeses, no momento da cheia, empreendem caçadas na floresta de terra firme – o que implica maiores deslocamentos e sua conseqüente ausência na unidade de produção familiar, num dos momentos mais críticos da vida camponesa.

Os veados (vários gêneros), pelo fato de viverem nas matas, nas florestas secundárias, florestas de galeria e nas savanas próximas às florestas – ou seja, numa variedade de ambientes que acabam por dispersar sua população – são menos caçados. Mesmo assim, esse animal de hábitos diurnos e noturnos, de comportamento solitário, mas possuidor de carne de ótima qualidade, é caçado pelos camponeses, quando se aproxima da unidade de produção familiar.

As aves aquáticas são igualmente caçadas pelos camponeses amazônicos – seja na cheia (20,2%) seja na seca (37,9%). As mais caçadas, em ambas as circunstâncias, são os patos (23,7%) e os marrecos (12,4%). Os patos, quando caçados na cheia, são capturados no sítio, na floresta de várzea e na capoeira; quando caçados na seca, buscam-se os ambientes rio e/ou paraná, lago de várzea, a restinga e o campo do gado; quando caçados na cheia/seca, os ambientes preferidos são a floresta de várzea e o lago de várzea. Os marrecos são caçados na cheia e na seca. O lago de várzea e a capoeira são os ambientes onde os camponeses os caçam na cheia; na seca, eles são somente caçados no lago de várzea. As aves terrestres, contrariamente às aquáticas, são caçadas somente na cheia (8,1%). O inhambu e o mutum são caçados nas restingas e nas florestas de várzea, enquanto que o tucano é capturado no campo do gado.

Dos répteis aquáticos, os jacarés são caçados preferencialmente na cheia, tendo os camponeses, como ambientes preferidos, o rio ou paraná e o lago de várzea; os tracajás, capturados na cheia, são apanhados no lago de várzea; quando caçados na seca, são capturados fundamentalmente em três ambientes – lago de várzea, restinga e praia. Dos quelônios, os camponeses caçam na restinga somente o jabuti.

Vejamos afinal a relação entre a intensidade com que caçam os camponeses amazônicos e as finalidades dessa prática para seu modo de vida. Ao considerarmos o **Quadro 7**, na relação cheia/seca, duas grandes evidências nos saltam aos olhos: a primeira é

que os camponeses amazônicos, seja na cheia ou na seca, caçam fundamentalmente para o consumo da própria unidade de produção familiar; um segundo aspecto, de grande importância, dada a importância da proteína animal na vida do varzeano, é que nem todos os camponeses caçam, mesmo quando consideramos os dois grandes momentos do ciclo das águas – a cheia e/ou a seca.

QUADRO 7 – RELAÇÃO INTENSIDADE/FINALIDADE DA CAÇA PRATICADA PELOS CAMPONESES AMAZÔNICOS DO RIO SOLIMÕES/AMAZONAS (%)

INTENSIDADE/ FINALIDADE	CHEIA			SECA		
	CONSUMO	VENDA	CONSUMO/ VENDA	CONSUMO	VENDA	CONSUMO/ VENDA
RARAMENTE/POUCO/MUITO POUCO	10,3	-	-	12,0	-	0,8
UMA A DUAS VEZES POR SEMANA	23,0	0,8	0,8	6,4	0,8	3,2
UMA VEZ AO MÊS	14,3	-	0,8	4,0	-	-
DUAS A TRÊS VEZES AO MÊS	2,4	-	-	3,2	-	-
UMA VEZ AO ANO	5,6	2,4	-	10,3	1,6	-
DUAS A SEIS VEZES AO ANO	1,6	0,8	0,8	2,3	0,8	0,8
SUBTOTAL	57,2	4,0	2,4	38,2	3,2	4,8
NÃO CAÇAM	42,8	96,0	97,6	61,8	96,8	95,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa de Campo, 1992/93

Org. dos Dados: Witkoski, A. C., 2000

Enquanto 57,2% dos camponeses caçam, na cheia, para consumo, 42,8% não caçam – uma diferença que envolve praticamente a metade da população camponesa. Dos camponeses que caçam, essencialmente para o consumo, no período das águas altas, 23,0% o fazem uma a duas vezes por semana, 16,7% de uma a três vezes por mês, 5,6% uma vez ao ano e 1,6% duas a seis vezes ao ano. Não menos importante é o fato de 10,3% dos camponeses caçarem raramente, pouco ou muito pouco. Não podemos deixar de grifar que a caça praticada pelos camponeses amazônicos para venda (4,0%) ou consumo/venda (2,4%), quando comparada com a caça exercida para o consumo (57,2%) é, do ponto de vista quantitativo, muito diferente – 50,8%. Essa percentagem de caça, com objetivo precípuo de consumo familiar, reafirma argumentos anteriores, ou seja, a caça é uma atividade posta em ação muito mais com a finalidade da busca complementar de proteína animal do que como sua principal fonte.

Se o argumento da busca da proteína animal, como complemento alimentar, possui essa validade para o momento da cheia, muito mais vale para o da seca. Como anunciamos, com a retração do mundo das águas (período da seca), a densidade da população de peixes aumenta de maneira vertiginosa, em espaços aquáticos muitíssimos bem definidos e

“menores”, o que facilita muito a busca da proteína animal ictiofaunística para a vida camponesa. Como desdobramento da metamorfose do meio ambiente, onde habitam os camponeses e sua família, eles caçam ainda menos no período das águas baixas (38,2%), uma diferença de 19,0%, quando comparada com o período das águas altas. Na seca, a quantidade de camponeses que não caçam também aumenta (61,8%), sendo a diferença com relação à cheia também de 19,0%. No período das águas baixas, os dois índices que mais nos chamam a atenção ocorrem para as variáveis caçam raramente, pouco ou muito (12,0%) e caçam uma vez por ano (10,3%). A variável caça uma a duas vezes por semana (6,4%) e as variáveis caça uma a três vezes ao mês (7,2%), quando comparadas com o período das águas altas, são significativamente menores – 16,6% e 9,5%, respectivamente.

Não podemos deixar de notar que a caça realizada pelos camponeses amazônicos, na seca, para venda (3,2%) ou consumo/venda (4,8%), quando contrapostas com a caça exercida para o consumo (38,2%), produzem igualmente dados com significados quantitativos diferentes – 30,2%. Ao fazer o mesmo raciocínio, utilizando as mesmas variáveis, para a estação das águas altas, a percentagem aumenta, proporcionalmente, ainda mais – 50,8%. Ao cotejarmos a caça levada a efeito na seca para a venda ou consumo/venda (8,0%) com a feita na cheia para o mesmo fim (6,4%), temos índices muito parecidos, uma diferença de 1,6%, o que nos leva a crer que, para essa finalidade, os camponeses amazônicos não mudam o seu comportamento extrativo.

Podemos dizer, assim, que a caça ocupa papel importante, embora não suficiente, no fornecimento da proteína animal à vida camponesa. Se no período das águas altas, quando comparado com o das águas baixas, os camponeses caçam um pouco mais (17,4%), esse um pouco mais não é tão mais assim, mesmo porque o camponês também pesca nesse momento de sua vida. Podemos, com relação a esse relativo equilíbrio da caça, nas estações cheia e seca, supor que o *gosto* pela carne vermelha, do mesmo modo que pela carne branca, parece fazer parte da diversidade do hábito alimentar camponês. Parece “natural” que, com a subida das águas, a dispersão das populações dos peixes e o aumento das dificuldades para sua captura, o camponês amazônico opte pela estratégia de buscar outra fonte de proteína animal mais acessível e de menor dispêndio de força de trabalho para consegui-la. É nos momentos difíceis das águas altas que a vida camponesa mostra suas faces mais engenhosas de adaptação. Vivendo ao longo do ano a dinâmica dos ciclos das águas – enchente, cheia, vazante e seca – o camponês amazônico revela as múltiplas faces contidas em único sujeito criando e recriando a própria existência – ora agricultor, ora criador, ora extrator. Sendo ao mesmo tempo ou em tempos diferentes agricultor e/ou criador e/ou extrator, apresenta a

polivalência como aspecto fundamental de sua condição humana, e prova, ao mesmo tempo, as dimensões ativas de sua adaptação às várzeas dos rios onde habita.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio que se impõe é o de afirmar os direitos dos povos tradicionais aos seus saberes sobre a biodiversidade. Isso significa manter um conhecimento complexo sobre os ecossistemas que ajudaram até hoje a preservar [...].
(Castro, 1997).

As atividades camponesas realizadas nas *florestas de trabalho* – quando comparadas com as *terras* e as *águas de trabalho* – embora menos intensas, são igualmente importantes para o conjunto da vida camponesa. Nas *florestas de trabalho* (principalmente nas florestas de várzea), são realizadas duas atividades essenciais – o extrativismo vegetal e o animal (caça). Pelo fato de as fronteiras entre a *terra*, a *floresta* e as *águas de trabalho* serem móveis, os camponeses também caçam, parte das espécies que consomem, no ambiente água. Para a realização das atividades nas *florestas de trabalho*, o camponês e sua família geralmente transcendem os limites da unidade de produção e operam para além dos seus limites. Nesse sentido, quando o trabalho é realizado nas florestas de terra firme, o território camponês pode ser compreendido como um território que possui mais plasticidade; quando feito nas florestas de várzea, embora essa seja no entorno da unidade de produção, não deixa de ser uma atividade também realizada fora da unidade de produção, se bem que muito mais próximo a ela. Nos dois casos, contrariamente ao trabalho sedentário exigido pelas atividades da agricultura, o que predomina nas *florestas de trabalho* (várzea e terra firme) é o *trabalho nômade*. A natureza do trabalho, embora diferente, em todos os ambientes são considerados trabalho, diferentemente do que foi observado por Afrânio Garcia Jr. no seu *Terra de trabalho*: trabalho familiar de pequenos produtores.

Ao contrário do que possamos imaginar, o camponês amazônico tem no extrativismo vegetal importante fonte de subsistência. Para além da subsistência, as plantas medicinais fornecidas pela floresta de várzea e/ou terra firme aparecem na unidade de produção camponesa como um componente importante à manutenção da vida. O domínio da biodiversidade e suas múltiplas formas de usos, amparados na força da tradição, mostram como o etnoconhecimento dos camponeses varzeanos não pode ser desprezado. Aqui, temos de sublinhar as prováveis dívidas culturais dos camponeses para com seus ancestrais – os *índios das águas*. Envolvidas pelas e envolvendo as florestas de terra firme e de várzea, ao

misturarem-se no mundo natural, humanizando-o e se humanizando, as plantas medicinais vão sendo cada vez mais incorporadas à cura dos males da vida. Contudo, o extrativismo das plantas medicinais não só medica a saúde da vida do camponês e sua família como também (embora numa pequena proporção) acaba sendo comercializado. A madeira extraída via de regra para a construção de moradias e de benfeitorias da unidade de produção, pode eventualmente ser comercializada. A lenha, energia vital para a produção de alimentação, também é originada do extrativismo. Sublinhamos a importância das espécies madeiras retiradas da floresta de várzea, utilizadas na fabricação de apetrechos de pesca – o que nos dá indícios da visão sistêmica do camponês amazônico.

O extrativismo animal caça, pouco relevante quando comparado com o extrativismo animal pesca, não pode ser desprezado, quando levamos em conta a escassez de proteína animal – principalmente, embora não exclusivamente – no período da cheia. Ao contrário do extrativismo vegetal executado com liberdade, exceção para a retirada da madeira que é “fiscalizada” mais de perto, a caça é praticada, essencialmente, com vistas à subsistência. Caçando, mais ou menos, mamíferos terrestres (paca, tatu, veado etc.), aves terrestres (mutum, tucano etc.) e aquáticas (principalmente os patos) e répteis, o camponês completa a sua dieta e a de sua família de modo razoável. Embora o camponês cace na seca, costuma dizer que prefere caçar na cheia, em razão do “ilhamento” dos animais provocado por esse momento do ciclo das águas, o que em terra facilita muito a caçada. A contraposição ao maior esforço de pesca no período da cheia é contrabalançada pelo menor esforço de caça realizado no mesmo período, o que para o camponês não deixa de ser uma forma de otimização do seu tempo de trabalho. A proteína animal, resultante do extrativismo animal caça, embora necessária ao sustento da vida camponesa, de modo algum pode ser vista como suficiente. Sua insuficiência é complementada pela pesca praticada nas *águas de trabalho*.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, C. *Novo Descobrimento do Grande Rio da Amazonas*. Agir: Rio, 1994.
- BAHRI, S. “Do extrativismo aos sistemas agroflorestais”. In: EMPERAIRE, L. (editora científica). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- CASTRO, E. “Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais”. In: CASTRO, E. & PINTON, F. (orgs.). *As faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente*. São Paulo: CEJUP, 1997.
- ELISABETSKY, E. “Etnofarmacologia de algumas tribos brasileiras”. In: RIBEIRO, D. (editor). *Suma etnológica brasileira: 1 etnobiologia*. 3 Ed; Belém: Editora da Universidade Federal do Para (UFPA), 1997.
- EMPERAIRE, L. (editora científica). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

- FERREIRA, M. C. “O mercado de plantas medicinais em Manaus”. *In*: EMPERAIRE, L. (editora científica). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia central*. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- GARCIA JR., A. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio: Paz e Terra, 1983.
- MEGGERS, B. J. *Amazônia, a ilusão de um paraíso*. Rio: Civilização Brasileira, 1977.
- MÈTRAUX, A. “Borracha. Entrecasca de árvore”. *In*: RIBEIRO, D. (editor). *Suma etnológica brasileira: 1 etnobiologia*. 3 Ed; Belém: Editora da Universidade Federal do Para (UFPA), 1997.
- POSEY, D. A. “Introdução: etnobiologia (teoria e prática)”. *In*: RIBEIRO, D. (editor). *Suma etnológica brasileira: 1 etnobiologia*. 3 Ed; Belém: Editora da Universidade Federal do Para (UFPA), 1997.
- RIBEIRO, B. G. “Prefácio”. *In*: RIBEIRO, D. (editor). *Suma etnológica brasileira: 1 etnobiologia*. 3 Ed; Belém: Editora da Universidade Federal do Para (UFPA), 1997.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2 Ed; São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- SANTOS, R. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SMITH, N. J. H. *A pesca no Rio Amazonas*. Manaus: s/editora, 1979.